

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 Apresentação das demonstrações financeiras interinas

As demonstrações financeiras interinas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações financeiras interinas incluem:

- Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1; e
- Demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

Exceto em relação aos ativos adquiridos via combinação de negócios (nota explicativa nº 11), as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis (notas explicativas nº 3.4, 3.10 e 3.14)

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras interinas consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras interinas individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta essas demonstrações financeiras interinas individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17 de outubro de 2013.

2.1 Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras interinas individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras interinas individuais quanto nas demonstrações financeiras interinas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras interinas individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras interinas Consolidadas

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios e períodos apresentados.

3.1 Apresentação dos segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia.

O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras interinas consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros" (nota explicativa nº 30).

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 30).

3.4 Ativos financeiros não derivativos

A administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que inclui os instrumentos classificados como "mantidos para negociação" ou "designados a valor justo no momento do reconhecimento inicial"; ii) empréstimos e recebíveis;

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) mantidos até o vencimento; e iv) instrumentos financeiros disponíveis para venda. A mensuração subsequente de ativos financeiros é feita de acordo com sua classificação em uma dessas quatro categorias.

A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia, assim como as categorias, de acordo com suas naturezas e finalidades:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor) e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registrados em montantes similares aos valores de mercado. No Consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora.

Os equivalentes de caixa são classificados na categoria “valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação”, sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, das quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis”, inicialmente reconhecidas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6).

A provisão para perdas ao valor de realização é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner (“FIDC Lojas Renner”), conforme nota explicativa nº 7.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável (nota explicativa nº 6).

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita ou despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros que não são caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.5 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 1,83% a.m. e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.6 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa liquidados e relacionados aos pedidos de compras de mercadorias importadas.

3.7 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e cujos valores possam ser estimados com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.10 Passivos financeiros não derivativos

Instrumentos de dívida são classificados de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições do passivo financeiro.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos das contas de empréstimos e financiamentos, operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os saldos dessas contas são classificados na categoria "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Financiamentos das importações

A Companhia aplica a contabilidade de *fair value option* (passivo mensurado a valor justo por meio do resultado) nas suas operações de financiamento de importações (nota explicativa nº 16). Para proteção do risco cambial associado a estas operações, podem ser utilizadas compras de opções *call* de dólar e contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). O saldo de financiamentos das importações (FINIMP) é mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no custo.

As variações no valor justo dos derivativos de NDF ("*Non-Deliverable Forward*") e opções "*Call*", designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*), são registradas na demonstração do resultado, respectivamente, como custo e resultado financeiro.

Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 17). O contas a pagar de fornecedores é classificado na categoria "outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente em cada uma das empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.12 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "*vesting period*". A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, cartões ativados, entre outras.

3.13 Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.14 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do período. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: (i) valor justo por meio do resultado (*fair value option*); ou (ii) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 23. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes". O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras a termo de moeda ("Non-Deliverable Forward").

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado.

3.15 Operações com arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais (nota explicativa nº 34).

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Para contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, um ativo imobilizado/intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação/amortização durante a vida útil econômica do ativo (notas explicativas nº 11 e nº 14) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato.

3.16 Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras interinas consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 18), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 6 e nº 17), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (nota explicativa nº 27), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 23), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 11), e avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (nota explicativa nº 12).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras interinas consolidadas

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

Em 30 de setembro de 2013 as demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

| Empresas | País sede | 30/09/2013 | | 31/12/2012 | |
|------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | | % Participação direto | % Participação indireto | % Participação direto | % Participação indireto |
| Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon") | Brasil | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC") | Brasil | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") | Brasil | 99,99% | 0,001% | 99,99% | 0,001% |
| (*) Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom") | Brasil | 99,99% | 0,01% | - | - |

(*) Em 2013, a Companhia passou a deter participação direta no capital da Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (detentora da marca "Youcom").

3.18 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Controladora.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações Financeiras Interinas Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Interinas Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

Seguem as novas normas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

4.1 Normas, interpretações e revisões de normas vigentes

- IAS 19 - Benefícios a Empregados - - Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigem a impossibilidade da utilização do "método corredor". Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não possuir plano de previdência privada.

- IAS 28 – Negócios em conjunto (*Investments in Associates and Joint Venture*) - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em negócios em conjunto e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não apresentar operações em negócio conjunto.

- IFRS 1 – Empréstimos governamentais (*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Government Loans*) Em março de 2012, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração desta norma inclui uma exceção para a aplicação retrospectiva dos requerimentos da IFRS 9 e IAS 20 para empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude da Companhia já ter adotado a IFRS 1.

- IFRS 7 - Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude da Companhia já adotar esta prática.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 11 - "Negócios em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a sua atual estrutura de consolidação.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia (vide notas explicativas nº 3.17 e nº 10).

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 20 – Custos de remoção de materiais não aproveitáveis na fase de produção de uma mina de superfície (*Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine*). Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao tratamento contábil da retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a sua atual estrutura de negócio.

4.2 Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (*Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IAS 32*). Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia está avaliando o impacto das alterações na norma IAS 32.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRS 9.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Caixa e bancos | 39.509 | 51.143 | 43.545 | 53.856 |
| CDB (a) | 153.499 | 211.002 | 153.499 | 211.002 |
| Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b) | 376.222 | 287.683 | 389.398 | 312.245 |
| Aplicações financeiras LFTN – FIDC (c) | - | - | 54.247 | 31.268 |
| Aplicações financeiras LFT Over – FIDC (d) | - | - | 168.172 | 58.824 |
| Aplicações FIDC curto prazo (e) | 33.153 | 16.982 | - | - |
| Fundo de investimento – BACEN Jude (f) | 40 | 101 | 40 | 101 |
| CDB (g) | 5.976 | 15.083 | 6.794 | 15.974 |
| Total | 608.399 | 581.994 | 815.695 | 683.270 |

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia mantinha suas aplicações financeiras com as seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Votorantim S.A e Banco Itaú BBA S.A.

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. No trimestre findo em 30 de setembro de 2013, as aplicações financeiras da Companhia referem-se a:

- Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,99% na Controladora e no Consolidado (100,8% em 31 de dezembro de 2012 na Controladora e Consolidado).
- Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,59% na Controladora e 101,12% no Consolidado (101,4% na Controladora e 100,4% no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).
- Aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária.
- As aplicações financeiras compromissadas de um dia (OVER) do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora. A atualização do valor nominal unitário da LFT contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa da Selic.
- Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo descrito na nota explicativa nº 7.
- Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 44,44% do CDI na Controladora e no Consolidado (41,8% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2012) sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração.
- Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes

Cartão de crédito Renner

A vencer

| | | |
|----------------------------|---------|---------|
| A vencer de 1 a 30 dias | 196.194 | 156.869 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 160.937 | 197.807 |
| A vencer de 61 a 90 dias | 116.404 | 158.118 |
| A vencer de 91 a 120 dias | 78.635 | 119.405 |
| A vencer de 121 a 150 dias | 48.246 | 93.422 |
| A vencer de 151 a 180 dias | 24.403 | 57.032 |
| A vencer acima de 180 dias | 24.478 | 63.350 |

Vencidos

| | | |
|---------------------------|--------|--------|
| Vencidos de 1 a 30 dias | 73.287 | 41.090 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 26.698 | 17.092 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 17.093 | 13.751 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 44.055 | 39.252 |

| | |
|----------------|----------------|
| 810.430 | 957.188 |
|----------------|----------------|

| | | |
|----------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Ajuste a valor presente | (17.258) | (24.608) |
| Provisão para perdas em crédito – Varejo | (49.356) | (52.071) |
| Contas a receber – FIDC Lojas Renner | (313.081) | (430.185) |
| Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner | (6.253) | (36.539) |
| Posições com saldo credor | (499) | (558) |

Total cartão de crédito Renner

| | |
|----------------|----------------|
| 423.983 | 413.227 |
|----------------|----------------|

Administradoras de cartões de terceiros

| | | |
|----------------------------------------------|---------|----------|
| A vencer de 1 a 30 dias | 85.115 | 137.075 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 42.419 | 62.157 |
| A vencer acima de 60 dias | 19.735 | 34.489 |
| Ajuste a valor presente cartões de Terceiros | (9.271) | (13.388) |

Total administradoras de cartões de terceiros

| | |
|----------------|----------------|
| 137.998 | 220.333 |
|----------------|----------------|

Empréstimo pessoal

| | | |
|------------------------------------------------------|----------|----------|
| Comissões e operações a receber | 35.813 | 29.915 |
| Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal | (21.776) | (18.517) |

Total empréstimo pessoal

| | |
|---------------|---------------|
| 14.037 | 11.398 |
|---------------|---------------|

Outras contas a receber

| | |
|--------------|--------------|
| 3.461 | 3.442 |
|--------------|--------------|

Total Controladora

| | |
|----------------|----------------|
| 579.479 | 648.400 |
|----------------|----------------|

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Consolidado | | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Total Controladora | 579.479 | 648.400 |
| Administradoras de cartões de terceiros - Camicado | | |
| A vencer de 1 a 30 dias | 11.786 | 13.207 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 6.156 | 5.756 |
| A vencer acima de 60 dias | 8.770 | 8.529 |
| Total administradoras de cartões de terceiros - Camicado | 26.712 | 27.492 |
| Empréstimo pessoal – RACC | | |
| Comissões e operações a receber | 105.482 | 90.811 |
| Total empréstimo pessoal – RACC | 105.482 | 90.811 |
| Cartão bandeira – RACC | | |
| A Vencer | 106.558 | 70.405 |
| Vencidos | 22.109 | 20.308 |
| Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira | (4.587) | (5.242) |
| Valores a Repassar Lojas Renner S.A. | (3.305) | (3.060) |
| Total cartão bandeira – RACC | 120.775 | 82.411 |
| Outras contas a receber | | |
| Contas a receber – FIDC Lojas Renner | 313.081 | 430.185 |
| Outras | 509 | 399 |
| Total outras contas a receber | 313.590 | 430.584 |
| Total Consolidado | 1.146.038 | 1.279.698 |

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do Consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Provisão para Perdas Contas a Receber

| Controladora | | | | | | | |
|------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|
| | Saldo em 01/01/2012 | (-) Provisões/ (+) Reversões | Baixas | Saldo em 31/12/2012 | (-) Provisões/ (+) Reversões | Baixas | Saldo em 30/09/2013 |
| Provisão para perdas em crédito – Varejo | (47.283) | (142.559) | 137.771 | (52.071) | (103.922) | 106.637 | (49.356) |
| Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal | (17.718) | (32.317) | 31.518 | (18.517) | (25.715) | 22.456 | (21.776) |
| Total | (65.001) | (174.876) | 169.289 | (70.588) | (129.637) | 129.093 | (71.132) |

| Consolidado | | | | | | | |
|------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|
| | Saldo em 01/01/2012 | (-) Provisões/ (+) Reversões | Baixas | Saldo em 31/12/2012 | (-) Provisões/ (+) Reversões | Baixas | Saldo em 30/09/2013 |
| Provisão para perdas em crédito – Varejo | (47.283) | (142.559) | 137.771 | (52.071) | (103.922) | 106.637 | (49.356) |
| Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal | (17.718) | (32.317) | 31.518 | (18.517) | (25.715) | 22.456 | (21.776) |
| Provisão para perdas em crédito – Cartão Bandeira | (1.290) | (17.440) | 13.488 | (5.242) | (24.172) | 24.827 | (4.587) |
| Total | (66.291) | (192.316) | 182.777 | (75.830) | (153.809) | 153.920 | (75.719) |

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.5), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.4).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o *aging* registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

Os Processos e políticas de crédito em todo ciclo, da iniciação à recuperação, proporcionam segurança na originação e gestão do crédito concedido, gerando baixos índices de perda. No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 75.719, que correspondem a aproximadamente 36,4% do montante total de créditos vencidos. A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 63,6% para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A Companhia utiliza um sistema de pontuação de crédito para avaliar a qualidade de crédito do potencial cliente e define os limites de crédito por cliente. Os limites e a pontuação atribuídos aos clientes são revisados no mínimo anualmente.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner")

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 30 de setembro de 2013, é subdividida em: 3,5 mil quotas "sênior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 352.263, representativas de 65,79% (R\$ 351.869, representativas de 67,82% em 31 de dezembro de 2012) do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 183.153 (dos quais R\$ 33.153 são apresentados como equivalente de caixa e R\$ 150.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo circulante).

O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas devem ser subscritas pela Lojas Renner imediatamente. Em 30 de setembro de 2013 as quotas subordinadas representam 34,21% (32,18% em 31 de dezembro de 2012) do patrimônio líquido do FIDC Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 313.081 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 430.185 em 31 de dezembro de 2012), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 555 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 3.042 em 31 de dezembro de 2012), e vem sendo reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras interinas individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no Consolidado apresentado como redutor dos financiamentos (nota explicativa nº 15)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2013, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

| | FIDC | |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Ativo | | |
| Caixa | 5 | 5 |
| Equivalentes de caixa | 222.419 | 90.092 |
| Contas a receber | 313.081 | 430.185 |
| Outras contas a receber | 12 | - |
| Total do Ativo | 535.517 | 520.282 |
| Passivo | | |
| Contas a pagar | 101 | 1.431 |
| Patrimônio Líquido | 535.416 | 518.851 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 535.517 | 520.282 |

Em 30 de setembro de 2013, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

| Quotistas | Quant. em milhares | Taxa CDI | Saldo a resgatar |
|------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------|
| Seniores A | 1,5 | 114,29% | 150.970 |
| Seniores B | 0,8 | 114,29% | 80.517 |
| Seniores C | 0,8 | 114,29% | 80.517 |
| Seniores D | 0,4 | 114,29% | 40.259 |
| Total | 3,5 | | 352.263 |

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2% a.a., conforme disposto no Regulamento do Fundo. Em 30 de setembro de 2013, o rendimento médio atrelado ao CDI foi de 114,29% (117,88% em 31 de dezembro de 2012).

O FIDC foi consolidado nessas demonstrações financeiras, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.17.

8 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Mercadorias para revenda | 494.196 | 361.452 | 554.110 | 399.804 |
| Ajuste a valor presente | (11.245) | (9.520) | (11.245) | (9.520) |
| Provisão para perdas | (4.294) | (10.984) | (5.106) | (12.615) |
| Mercadorias para revenda, líquido | 478.657 | 340.948 | 537.759 | 377.669 |
| Importações em andamento | 39.477 | 69.368 | 40.763 | 69.911 |
| Adiantamento a fornecedores | 700 | - | 700 | - |
| Materiais auxiliares e almoxarifado | 5.156 | 5.804 | 5.827 | 6.431 |
| Total | 523.990 | 416.120 | 585.049 | 454.011 |

O custo das vendas de mercadorias reconhecido no resultado durante o período de três meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 427.236 (R\$ 367.798 em 30 de setembro de 2012) na Controladora e R\$ 452.088 (R\$ 390.194 em 30 de setembro de 2012) no Consolidado. Com relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi reconhecido o montante de R\$ 1.170.995 (R\$ 1.009.077 em 30 de setembro de 2012) na Controladora e R\$ 1.247.357 (R\$ 1.068.704 em 30 de setembro de 2012) no Consolidado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo em 01/01/2012 | (16.534) | (17.218) |
| (+) Provisão para Perdas | (17.593) | (18.584) |
| (-) Perda Efetiva | 23.143 | 23.187 |
| Saldo em 31/12/2012 | (10.984) | (12.615) |
| (+) Provisão para Perdas | (28.899) | (28.344) |
| (-) Perda Efetiva | 35.589 | 35.853 |
| Saldo em 30/09/2013 | (4.294) | (5.106) |

9 Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar

9.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

Abaixo demonstramos a movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

| | Controladora | | | | | | |
|-----------------------------------------------|---------------------|--------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------|--------------------------|----------------------------------------------|
| | Saldo em 01/01/2012 | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em outros resultados abrangentes | Reclassificado do PL para o resultado corrente | Saldo em 31/12/2012 | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em outros resultados abrangentes |
| IR/CS diferidos com relação a: | | | | | | | Saldo em 30/09/2013 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 22.100 | 1.900 | - | - | 24.000 | 185 | - |
| Ajuste a valor presente | 15.737 | (284) | - | - | 15.453 | (3.519) | - |
| Provisão para riscos tributários | 18.270 | 5.944 | - | - | 24.214 | (11.839) | - |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 6.408 | (108) | - | - | 6.300 | (135) | - |
| Provisão para perdas de estoque | 5.622 | (1.887) | - | - | 3.735 | (2.275) | - |
| Ajuste avaliação patrimonial - hedge | (1.103) | - | 371 | 1.103 | 371 | - | (1.468) |
| Outras Provisões | 3.140 | 3.045 | - | - | 6.185 | (5.986) | - |
| Total | 70.174 | 8.610 | 371 | 1.103 | 80.258 | (23.569) | (1.468) |
| | | | | | | | |
| | Consolidado | | | | | | |
| | Saldo em 01/01/2012 | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em outros resultados abrangentes | Reclassificado do PL para o resultado | Saldo em 31/12/2012 | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em outros resultados abrangentes |
| IR/CS diferidos com relação a: | | | | | | | Saldo em 30/09/2013 |
| Provisão para créditos de liquidação | 22.539 | 3.243 | - | - | 25.782 | (37) | - |
| Ajuste a valor presente - líquido | 15.737 | (284) | - | - | 15.453 | (3.519) | - |
| Ágio na aquisição de participação societária | 14.690 | - | - | - | 14.690 | - | - |
| Mais valia de ativos | (13.382) | 1.211 | - | - | (12.171) | 610 | - |
| Provisão para riscos tributários | 18.464 | 6.282 | - | - | 24.746 | (11.708) | - |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 6.502 | (124) | - | - | 6.378 | (149) | - |
| Provisão para perdas de estoque | 5.854 | (1.565) | - | - | 4.289 | (2.553) | - |
| Base negativa e prejuízo fiscal | 3.842 | 4.111 | - | - | 7.953 | 5.978 | - |
| Ajuste avaliação patrimonial - hedge | (1.103) | - | 382 | 1.103 | 382 | - | (1.447) |
| Outras Provisões | 2.703 | 3.312 | - | - | 6.015 | (5.994) | - |
| Total | 75.846 | 16.186 | 382 | 1.103 | 93.517 | (17.372) | (1.447) |

9.1.1 Reclassificação benefício fiscal

Em 2013, a Administração da Companhia reavaliou a contabilização do benefício fiscal sobre o ágio gerado na aquisição da Camicado e decidiu por reclassificá-lo para a rubrica do intangível e reconhecê-lo à medida que o benefício fiscal seja utilizado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reclassificação corresponde ao montante de R\$ 39.671 em 2012, em nada afetando o resultado deste exercício, assim como as principais posições patrimoniais: ativo circulante, ativo não circulante, ativo total, passivo e patrimônio líquido total.

Os efeitos dessa reclassificação estão demonstrados abaixo:

| Reclassificação | 31 de Dezembro de 2012 | | | 1º de Janeiro de 2012 | | |
|--------------------------------------------------|------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|-------------------------|
| | Original | Reclassificação | Saldo Reclassificado | Original | Reclassificação | Saldo Reclassificado |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 133.188 | (39.671) | 93.517 | 115.517 | (39.671) | 75.846 |
| Intangível | 256.164 | 39.671 | 295.835 | 204.858 | 39.671 | 244.529 |
| Total | 389.352 | - | 389.352 | 320.375 | - | 320.375 |

9.2 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os períodos seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

| Período | Controladora | Consolidado |
|----------------|---------------|---------------|
| 2013 | 11.304 | 11.775 |
| 2014 | 34.537 | 37.805 |
| 2015 | 2.501 | 5.373 |
| 2016 | 2.501 | 4.776 |
| 2017 em diante | 4.378 | 14.969 |
| Total | 55.221 | 74.698 |

9.3 Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 3T13 | 30/09/2013 | 3T12 | 30/09/2012 | 3T13 | 30/09/2013 | 3T12 | 30/09/2012 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 101.361 | 272.871 | 95.381 | 292.069 | 100.756 | 267.198 | 95.450 | 288.628 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de tributos à alíquota nominal | (34.463) | (92.776) | (32.430) | (99.303) | (34.257) | (90.847) | (32.453) | (98.134) |
| (Adições) exclusões permanentes | | | | | | | | |
| Despesa com remunerações baseadas em ações | (574) | (3.239) | (1.360) | (4.108) | (574) | (3.239) | (1.360) | (4.108) |
| Resultado de participações societárias | (76) | (2.683) | 18 | (1.332) | - | - | - | - |
| Compensação de incentivos fiscais | (78) | (476) | - | - | (78) | (476) | - | - |
| Juros sobre capital próprio | 5.018 | 14.570 | 6.808 | 20.740 | 5.018 | 14.570 | 6.808 | 20.740 |
| Incentivos fiscais (PAT) | 500 | 1.090 | 473 | 2.367 | 500 | 1.090 | 473 | 2.367 |
| Diferenças de IR e CSLL de controladas | - | - | - | - | 380 | 1.053 | 355 | 815 |
| Outras (adições) exclusões | (52) | 1.873 | (373) | (2.725) | (109) | 1.879 | (756) | (2.612) |
| Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10% | 6 | 18 | 6 | 18 | 6 | 20 | 6 | 30 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do período | (29.719) | (81.623) | (26.858) | (84.343) | (29.114) | (75.950) | (26.927) | (80.902) |
| Corrente | (27.733) | (58.054) | (26.292) | (79.937) | (27.920) | (58.578) | (28.323) | (82.879) |
| Diferido | (1.986) | (23.569) | (566) | (4.406) | (1.194) | (17.372) | 1.396 | 1.977 |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.4 Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu R\$ 2.763 (R\$ 3.416 em 30 de setembro de 2012) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo ao Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Lei Rouanet, Funcrância, Fundoldoso e Lei do esporte. A composição dos incentivos fiscais está demonstrada abaixo:

| Descrição | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|------------------|--------------|--------------|
| Lei Rouanet (4%) | 1.090 | 1.458 |
| Funcrância (1%) | 230 | 135 |
| Fundoldoso (1%) | 80 | - |
| Lei Esporte (1%) | 273 | 365 |
| PAT (4%) | 1.090 | 1.458 |
| Total | 2.763 | 3.416 |

9.5 Composição dos impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Imposto de Renda e Contribuição | 5.589 | 5.756 | 6.615 | 5.966 |
| PIS/COFINS | 2.324 | 3.319 | 2.613 | 3.401 |
| ICMS | 40.237 | 33.513 | 46.548 | 38.143 |
| Outros Impostos a recuperar | 1.225 | 59 | 1.286 | 88 |
| Ativo circulante | 49.375 | 42.647 | 57.062 | 47.598 |
| ICMS - Lei Compl 102 | 27.003 | 27.509 | 27.421 | 27.805 |
| PIS/COFINS | 74 | 651 | 74 | 651 |
| Ativo não circulante | 27.077 | 28.160 | 27.495 | 28.456 |

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos em empresas controladas

| | Renner Adm. Cartões de Crédito | Dromegon Participações | Fashion Business Comércio (Youcom) | Renner Empreendimentos | Maxmix Comercial (Camicado) | Ágio s/ mais valia de ativos | Outros | Total |
|--------------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|-----------|----------------|
| Saldo Inicial em 01/01/2012 | 20.866 | 12.903 | - | 148.269 | - | 1.540 | 63 | 183.641 |
| Resultado de equivalência | 5.321 | 4.960 | - | (12.942) | 398 | - | - | (2.263) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | 6 | (27) | - | - | (21) |
| Aumento de capital | - | 2.357 | - | 54.950 | 21.014 | - | - | 78.321 |
| Dividendos / JSCP | - | (9.820) | - | - | - | - | - | (9.820) |
| Aumento de capital por incorporação | - | - | - | - | 190.283 | - | - | 190.283 |
| Baixa por incorporação | - | - | - | (190.283) | - | - | - | (190.283) |
| Realização do ágio s/ mais valia de ativos | - | - | - | - | - | (49) | - | (49) |
| Saldo Inicial em 31/12/2012 | 26.187 | 10.400 | - | - | 211.668 | 1.491 | 63 | 249.809 |
| Resultado de equivalência | (145) | 4.114 | (1.259) | - | (10.601) | - | - | (7.891) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (42) | - | - | (42) |
| Integralização/Aumento de capital (i) | - | - | 17.706 | - | - | - | - | 17.706 |
| Dividendos / JSCP | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização do ágio s/ mais valia de ativos | - | - | - | - | - | (36) | - | (36) |
| Saldo Final em 30/09/2013 | 26.042 | 14.514 | 16.447 | - | 201.025 | 1.455 | 63 | 259.546 |
| Total de Ativo | 267.402 | 14.723 | 19.858 | - | 299.090 | - | - | |
| Total de Passivo | 241.356 | 209 | 3.410 | - | 98.062 | - | - | |
| Patrimônio Líquido | 26.046 | 14.514 | 16.448 | - | 201.028 | - | - | |
| Receita Líquida | 54.121 | 4.793 | 766 | - | 130.816 | - | - | |
| (Prejuízo) lucro líquido do período | (145) | 4.114 | (1.259) | - | (10.600) | - | - | |
| Participação | 99,99% | 99,99% | 99,99% | - | 99,99% | - | - | |
| Quantidade de quotas | 7 | 9.562 | 17.706 | - | 228.545 | - | - | |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 2013, a Companhia integralizou capital na sua controlada Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. detentora da marca ("Youcom"). A "Youcom" iniciou as suas operações de varejo em julho de 2013.

Transação não envolvendo caixa

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia aumentou capital na subsidiária Fashion Business Comércio em R\$ 7.706 através da transferência de imobilizado em R\$ 2.097, intangível R\$ 5.510 e impostos a recuperar em R\$ 99, conforme notas explicativas nº 9.5, nº 11.1 e nº 11.2.

10.2 Informações adicionais sobre as controladas

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. – (Racc)

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC) oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão *co-branded* denominado Meu Cartão e oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com uma empresa de capitalização.

Dromegon Participações Ltda. – (Dromegon)

A Dromegon Participações Ltda. detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis para a Lojas Renner.

Renner Empreendimentos Ltda. – (Remp)

A Renner Empreendimentos Ltda. foi incorporada pela Maxmix Comercial (detentora da marca "Camicado") em 11 de dezembro de 2012.

Maxmix Comercial Ltda. – (Camicado)

A Maxmix Comercial Ltda. tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração.

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. – (Youcom)

A Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. tem como objeto o comércio varejista especializado em diversas linhas de mercadorias organizadas em departamentos, como artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da Controladora e do Consolidado:

11.1 Imobilizado

| | Controladora | | | | | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|---------------|-------------------------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------|
| | Terrenos | Prédios | Imóveis | Móveis, Equip., Instalações, Benfeitorias | Veículos | Computadores e Periféricos | Imobilizado em Andamento |
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 287 | 4.772 | - | 844.689 | 1.058 | 86.546 | 15.673 |
| Adições | - | - | - | 209.306 | 272 | 11.108 | 79.176 |
| Adições Arrend. Financeiro | - | - | 31.000 | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | 68.276 | - | 3.272 | (71.548) |
| Transf. Integr. Dromegon | - | (4.772) | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | (4.652) | (151) | (2.709) | (29) |
| Saldo em 31/12/12 | 287 | - | 31.000 | 1.117.619 | 1.179 | 98.217 | 23.272 |
| Adições | - | - | - | 71.864 | 218 | 7.518 | 98.066 |
| Transferências | - | - | - | 63.136 | (1) | 1.287 | (64.422) |
| Transf. Integr. Fashion Business | - | - | - | (1.533) | - | (47) | (517) |
| Baixas | - | - | - | (2.346) | (159) | (1.683) | (2) |
| Saldo em 30/09/13 | 287 | - | 31.000 | 1.248.740 | 1.237 | 105.292 | 56.397 |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | | | | | |
|--------------------------|--------------|---------|---------|-------------------------------------------|----------|----------------------------|--------------------------|
| | Terrenos | Prédios | Imóveis | Móveis, Equip., Instalações, Benfeitorias | Veículos | Computadores e Periféricos | Imobilizado em Andamento |
| Depreciação | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | - | (2.449) | - | (323.480) | (462) | (47.570) | - |
| Adições | - | 34 | (258) | (82.565) | (203) | (12.269) | - |
| Transf. Integr. Dromegon | - | 2.415 | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | 3.582 | 139 | 2.641 | - |
| Saldo em 31/12/12 | - | - | (258) | (402.463) | (526) | (57.198) | - |
| Adições | - | - | (465) | (76.933) | (158) | (9.887) | - |
| Baixas | - | - | - | 1.391 | 155 | 1.612 | - |
| Saldo em 30/09/13 | - | - | (723) | (478.005) | (529) | (65.473) | - |
| Saldo líquido | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 287 | 2.323 | - | 521.209 | 596 | 38.976 | 15.673 |
| Saldo em 31/12/12 | 287 | - | 30.742 | 715.156 | 653 | 41.019 | 23.272 |
| Saldo em 30/09/13 | 287 | - | 30.277 | 770.735 | 708 | 39.819 | 56.397 |

| | Consolidado | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------|---------|---------|------------------------------|----------|----------------------------|--------------------------|
| | Terrenos | Prédios | Imóveis | Móveis, Equip., Instalações, | Veículos | Computadores e Periféricos | Imobilizado em Andamento |
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 287 | 15.003 | - | 863.464 | 1.172 | 88.958 | 16.381 |
| Adições | - | - | - | 212.831 | 265 | 11.651 | 92.150 |
| Adições Arrend. Financ. (Nota 14) | - | - | 31.000 | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | 80.081 | - | 3.005 | (83.123) |
| Transf. Integr. Dromegon | - | (2.415) | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | (4.854) | (190) | (3.034) | (29) |
| Saldo em 31/12/12 | 287 | 12.588 | 31.000 | 1.151.522 | 1.247 | 100.580 | 25.379 |
| Adições | - | - | - | 72.226 | 218 | 7.600 | 102.197 |
| Transferências | - | - | - | 66.969 | - | 1.509 | (68.478) |
| Baixas | - | - | - | (2.346) | (228) | (1.684) | (1) |
| Saldo em 30/09/2013 | 287 | 12.588 | 31.000 | 1.288.371 | 1.237 | 108.005 | 59.097 |
| Depreciação | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | - | (7.251) | - | (328.607) | (508) | (49.418) | - |
| Adições | - | (257) | (258) | (83.778) | (215) | (12.427) | - |
| Adições Dep. Ágio Camicado | - | - | - | (2.938) | - | (84) | - |
| Transferências | - | - | - | (570) | - | 570 | - |
| Transf. Integr. Dromegon | - | 2.415 | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | 3.783 | 178 | 2.966 | - |
| Saldo em 31/12/12 | - | (5.093) | (258) | (412.110) | (545) | (58.393) | - |
| Adições | - | (193) | (465) | (79.645) | (165) | (10.175) | - |
| Baixas | - | - | - | 1.391 | 182 | 1.610 | - |
| Saldo em 30/09/2013 | - | (5.286) | (723) | (490.364) | (528) | (66.958) | - |
| Saldo líquido | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 287 | 7.752 | - | 534.857 | 664 | 39.540 | 16.381 |
| Saldo em 31/12/12 | 287 | 7.495 | 30.742 | 739.412 | 702 | 42.187 | 25.379 |
| Saldo em 30/09/13 | 287 | 7.302 | 30.277 | 798.007 | 709 | 41.047 | 59.097 |

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado ao ano:

| | Controladora e Consolidado |
|------------------------------------|----------------------------|
| Prédios | 3% |
| Móveis, instalações e benfeitorias | 10% |
| Veículos | 20% |
| Computadores e periféricos | 20% |

A Companhia efetuou testes de revisão anual do valor contábil dos seus ativos, e não identificou necessidade de *impairment*,

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no período e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

A Companhia possui imóveis penhorados conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

11.2 Intangível

| | Controladora | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|----------------------|------------------|
| | Sistemas de Informática | Direito de utilização de imóveis | Marcas e Patentes | Total |
| Custo | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 156.992 | 43.956 | 228 | 201.176 |
| Adições | 59.155 | 2.510 | - | 61.665 |
| Adições Arrend. Financeiro | 18.878 | - | - | 18.878 |
| Baixas | (29) | - | - | (29) |
| Saldo em 31/12/12 | 234.996 | 46.466 | 228 | 281.690 |
| Adições | 33.664 | 7.113 | - | 40.777 |
| Transf. Integr.Fashion Business | - | (5.510) | - | (5.510) |
| Baixas | (82) | (14) | - | (96) |
| Saldo em 30/09/13 | 268.578 | 48.055 | 228 | 316.861 |
| Amortização | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | (81.308) | (29.103) | (63) | (110.474) |
| Adições | (28.583) | (1.861) | (20) | (30.464) |
| Baixas | 19 | - | - | 19 |
| Saldo em 31/12/12 | (109.872) | (30.964) | (83) | (140.919) |
| Adições | (27.472) | (1.684) | - | (29.156) |
| Baixas | 59 | 13 | - | 72 |
| Saldo em 30/09/13 | (137.285) | (32.635) | (83) | (170.003) |
| Saldo líquido | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 75.684 | 14.853 | 165 | 90.702 |
| Saldo em 31/12/12 | 125.124 | 15.502 | 145 | 140.771 |
| Saldo em 30/09/13 | 131.293 | 15.420 | 145 | 146.858 |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | | | | Total |
|-----------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | Sistemas de Informática | Direito de utilização de imóveis | Marcas e Patentes | Intangível Outros | Ágio Camicado (i) | |
| Custo | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 164.704 | 43.956 | 28.301 | 3.500 | 116.679 | 357.140 |
| Adições | 62.534 | 2.860 | - | - | - | 65.394 |
| Adições Arrend. Financ. (Nota 14) | 18.878 | - | - | - | - | 18.878 |
| Transferências | 37 | - | - | - | - | 37 |
| Baixas | (29) | - | - | - | - | (29) |
| Saldo em 31/12/12 | 246.124 | 46.816 | 28.301 | 3.500 | 116.679 | 441.420 |
| Adições | 35.957 | 7.790 | - | - | - | 43.747 |
| Baixas | (81) | (14) | - | - | - | (95) |
| Saldo em 30/09/13 | 282.000 | 54.592 | 28.301 | 3.500 | 116.679 | 485.072 |
| Amortização | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | (82.978) | (29.103) | (63) | (467) | - | (112.611) |
| Adições | (30.411) | (1.861) | (20) | - | - | (32.292) |
| Adições Mais Valia. Ágio Camicado | - | - | - | (700) | - | (700) |
| Baixas | 18 | - | - | - | - | 18 |
| Saldo em 31/12/12 | (113.371) | (30.964) | (83) | (1.167) | - | (145.585) |
| Adições | (29.206) | (1.779) | - | (524) | - | (31.509) |
| Baixas | 60 | 13 | - | - | - | 73 |
| Saldo em 30/09/13 | (142.517) | (32.730) | (83) | (1.691) | - | (177.021) |
| Saldo líquido | | | | | | |
| Saldo em 01/01/12 | 81.726 | 14.853 | 28.238 | 3.033 | 116.679 | 244.529 |
| Saldo em 31/12/12 | 132.753 | 15.852 | 28.218 | 2.333 | 116.679 | 295.835 |
| Saldo em 30/09/13 | 139.483 | 21.862 | 28.218 | 1.809 | 116.679 | 308.051 |

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível ao ano:

| | Controladora e Consolidado |
|----------------------------------|----------------------------|
| Sistemas de informática | 20% |
| Direito de utilização de imóveis | 10% |

12 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e a marca adquiridos por meio de combinações de negócios (maiores detalhes vide nota explicativa nº 11) foram alocados na unidade geradora de caixa Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado").

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando o plano de abertura de novas lojas, as taxas médias de crescimento no longo prazo do setor de varejo na qual a Camicado atua, bem como o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2012, do valor recuperável dos seus ativos, e concluiu que não existem indicativos que demandem a realização de provisão de perda por *impairment*.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures**Passivo circulante**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Financiamento Banco do Nordeste (a) | 12.138 | 12.138 | 12.138 | 12.138 |
| Encargos Financiamento Banco do Nordeste | 40 | 71 | 40 | 71 |
| Empréstimo - capital de giro – conta garantida (b) | - | - | 33.853 | 77 |
| Encargos Financiamento debêntures - 4ª emissão - (c.1) | 5.929 | 18.150 | 5.929 | 18.150 |
| Encargos Financiamento debêntures - 5ª emissão - (c.2) | 7.325 | 5.502 | 7.325 | 5.502 |
| Encargos Financiamento debêntures - 6ª emissão - (c.3) | 5.052 | - | 5.052 | - |
| Total | 30.484 | 35.861 | 64.337 | 35.938 |

Passivo não circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Financiamento Banco do Nordeste (a) | 3.035 | 12.138 | 3.035 | 12.138 |
| Debêntures - 4ª emissão - (c.1) | 310.503 | 300.000 | 310.503 | 300.000 |
| Debêntures - 5ª emissão - (c.2) | 305.753 | 300.000 | 305.753 | 300.000 |
| Debêntures - 6ª emissão - (c.3) | 400.000 | - | 400.000 | - |
| Saldo a amortizar custos de estruturação debêntures | (3.769) | (3.378) | (3.769) | (3.378) |
| Total | 1.015.522 | 608.760 | 1.015.522 | 608.760 |

- (a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 30 de setembro de 2013, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de inadimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos foram pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 30 de setembro de 2013:

| Ano de vencimento | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------|-----------------------------------|--------------|
| | Principal | Juros |
| 2013 | 3.035 | 251 |
| 2014 | 12.138 | 542 |
| Total | 15.173 | 793 |

- (b) Refere-se a empréstimo de capital de giro para Maxmix Comercial Ltda, na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil), com encargo proporcional a 111% do CDI.
- (c.1) A quarta emissão de debêntures foi deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de junho de 2011. A Companhia sob a coordenação do Banco Santander (Brasil) S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures nominativas, escriturais não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em até duas séries, com valor unitário de R\$ 10 na data da emissão (15 de julho de 2011), perfazendo o montante total de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), que foram objeto de distribuição pública.
- (c.2) A quinta emissão de debêntures foi deliberada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2012. A Companhia, sob a coordenação do Banco Itaú S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

espécie quirografária, em até duas séries, com o valor unitário de R\$ 10 na data da emissão (15 de junho 2012), totalizando o montante de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), que foram objeto de distribuição pública.

(c.3) A sexta emissão de debêntures foi deliberada pelo Conselho de Administração em 11 de julho de 2013. A Companhia, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476 de 16 de janeiro de 2009, emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor unitário de R\$ 10 na data da emissão de 1º agosto de 2013), totalizando o montante de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), que foram objeto de distribuição pública.

Os recursos oriundos de ambas as emissões (4ª, 5ª e 6ª) de debêntures foram destinados para otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa e financiamento de sua estratégia de expansão orgânica.

Segue abaixo as características da quarta, quinta e da sexta emissão de debêntures:

| | 4ª Emissão | | 5ª Emissão | | 6ª Emissão |
|----------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| | Série 1 | Série 2 | Série 1 | Série 2 | Série 1 |
| Montante | R\$ 215,1 milhões | R\$ 84,9 milhões | R\$ 220 milhões | R\$ 80 milhões | R\$ 400 milhões |
| Prazo final | 5 anos | 6 anos | 6 anos | 7 anos | 5 anos |
| Taxa inicial <i>bookbuilding</i> | CDI + 1,35% a.a. | IPCA + 8,15% a.a. | CDI + 1,05% a.a. | IPCA + 6,20% a.a. | CDI + 0,85% a.a. |
| Taxa final <i>bookbuilding</i> | CDI + 1,10% a.a. | IPCA + 7,80% a.a. | CDI + 0,97% a.a. | IPCA + 5,70 a.a. | CDI + 0,85% a.a. |
| Amortizações | Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente | Principal: o final do 4º, 5º e 6º anos e juros: anualmente | Principal: o final do 4º, 5º e 6º anos e juros: semestralmente | Principal: o final do 5º, 6º e 7º anos e juros anualmente | Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente |

14 Financiamentos – arrendamento mercantil

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 30 meses e taxa média ponderada de 0,77% a.m.. Os bens poderão ser adquiridos ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

Esses contratos foram classificados como arrendamento mercantil financeiro e consequentemente, registrados como aquisição de bens do imobilizado para pagamento a prazo. Desta forma, em 30 de setembro de 2013 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação/amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 50.675 (R\$ 49.620 em 31 de dezembro de 2012), assim como as obrigações passivas registradas na rubrica de financiamentos arrendamento mercantil no valor de R\$ 35.699, sendo R\$ 6.470 no passivo circulante e R\$ 29.229 no passivo não circulante (R\$ 43.330, sendo R\$ 6.931 no passivo circulante e R\$ 36.399 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012).

15 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia mantinha financiamentos destinados a operação de serviços financeiros (produtos financeiros) com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Alfa S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A..

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Financiamentos – Vendas Financiadas (a.1) | 147.007 | 58.034 | 148.146 | 58.643 |
| Financiamentos – Vendas Financiadas (a.2) | 26 | 7.946 | 26 | 7.946 |
| Financiamentos – Empréstimo pessoal (b) | - | - | 102.036 | 84.673 |
| Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c) | 5.453 | 1.964 | 49.281 | 34.355 |
| Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d) | 28.997 | 13.221 | 28.997 | 13.221 |
| Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (e) | - | - | 2.263 | 1.869 |
| Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (f) | - | - | 350.000 | 350.000 |
| Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (g) | - | - | (555) | (3.042) |
| Total | 181.483 | 81.165 | 680.194 | 547.665 |

(a.1) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"), com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 31 de dezembro de 2012), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(a.2) São operações de vendas financiadas disponibilizadas em algumas filiais e referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento de sete, nove e onze prestações mensais, com encargos de 4,90% a.m. (4,90% a.m. em 31 de dezembro de 2012), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, com encargos médios de 9,34% a.m. (11,03% a.m. em 31 de dezembro de 2012), dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão, e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado. Estes financiamentos estão sujeitos a encargos líquidos médios que variam de 14,9% a.m. a 15,8% a.m. (16,8% a.m. em 31 de dezembro de 2012), com prazo final de até 180 dias.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, que estão sujeitos a encargos de 16,80% a.m. (16,80% a.m. em 31 de dezembro de 2012). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate ocorre em 90 dias.

(f) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013, e a previsão de juros para o exercício de 2013 é de R\$ 9.271.

(g) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

16 Financiamentos de importações

A Companhia tem realizado financiamento de parte de suas importações (FINIMP) junto a instituições financeiras no Brasil (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco HSBC S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros médios "all in" de 1,4527% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias. O saldo em 30 de setembro de 2013 de financiamento de importações (FINIMP) é de R\$ 73.942 na Controladora e R\$ 77.652 no Consolidado (R\$ 79.176 na Controladora e R\$ 79.714 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Fornecedores comerciais | 277.786 | 308.025 | 308.155 | 345.476 |
| Ajuste a valor presente | (2.673) | (2.064) | (2.673) | (2.064) |
| Fornecedores uso e consumo | 61.595 | 106.616 | 68.048 | 113.072 |
| Total | 336.708 | 412.577 | 373.530 | 456.484 |

Em 30 de setembro de 2013, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 30 de setembro de 2013 totalizou R\$ 138.060 (R\$ 172.684 em 31 de dezembro de 2012). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios. O detalhamento dos valores provisionados em 30 de setembro de 2013 está demonstrado abaixo:

18.1 Provisões

| | | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Tributárias | | | | | |
| ICMS - LC 102/2000 | (a.1) | 6.050 | 11.999 | 6.050 | 11.999 |
| ICMS - fornecedores inadôneos | (a.2) | 10.237 | 8.361 | 10.237 | 8.361 |
| ICMS - devoluções | (a.3) | 5.509 | 5.040 | 5.509 | 5.040 |
| IRPJ/ CSLL/ PIS/ COFINS | (a.4) | 17.957 | 17.196 | 17.957 | 17.196 |
| IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 | (a.5) | 10.085 | 9.646 | 10.085 | 9.646 |
| FAP/SAT | (a.6) | - | 30.548 | 1.368 | 31.545 |
| FGTS - LC 110/2001 | (a.7) | 2.991 | 2.991 | 2.991 | 2.991 |
| Outras provisões | (a.8) | 8.162 | 8.995 | 8.743 | 9.561 |
| (-) Depósitos Judiciais | (a.9) | (13.771) | (19.447) | (15.139) | (20.445) |
| | | 47.220 | 75.329 | 47.801 | 75.894 |
| Cíveis | (b) | 13.202 | 12.341 | 13.337 | 12.436 |
| Trabalhistas | (c) | 4.929 | 6.188 | 4.984 | 6.323 |
| TOTAL | | 65.351 | 93.858 | 66.122 | 94.653 |
| Passivo Circulante | | | | | |
| | | 18.131 | 18.529 | 18.321 | 18.759 |
| Passivo Não Circulante | | | | | |
| | | 47.220 | 75.329 | 47.801 | 75.894 |

Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Um dos processos, em tramitação no Estado de São Paulo, cuja classificação era de perda provável, transitou em julgado com decisão definitiva desfavorável e os valores depositados judicialmente foram convertidos em renda para a Autoridade Tributária. Os demais processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja visto depósito judicial das importâncias em discussão.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.2) ICMS – fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.3) ICMS – Devoluções - Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.4) IRPJ/ CSLL/ PIS/ COFINS – Refere-se a auto de infração que atribuiu à Companhia, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada Renner Administradora de Cartões de Crédito, tributada pelo lucro presumido.
- (a.5) IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 – Refere-se ao valor do benefício apurado pela Companhia, mas ainda não confirmado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.6) FAP/SAT – Na controladora, refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Em março de 2013, a liminar que suspendia a exigibilidade da cobrança foi revertida. Desta forma, a Companhia optou por recolher os valores controvertidos da discussão e permanece discutindo o mérito da ação mediante recurso especial e extraordinário. O valor pago foi de R\$ 28.494 mil. No consolidado em 30 de setembro de 2013, o saldo remanescente corresponde a valores que foram depositados em juízo.
- (a.7) FGTS – LC 110/2001 – Refere-se à discussão do débito tributário originado da incidência de novas alíquotas de FGTS. O valor discutido na ação está depositado em juízo.
- (a.8) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.
- (a.9) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 30 de setembro de 2013, R\$ 20.739 na Controladora e R\$ 22.250 no Consolidado (R\$ 26.363 e R\$ 27.466 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 13.771 na Controladora e R\$ 15.139 no Consolidado, em 30 de setembro de 2013 (R\$ 19.447 e R\$ 20.445 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.968 na Controladora e R\$ 7.111 no Consolidado (R\$ 6.915 e R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 30 de setembro de 2013:

| Principais Matérias | Controladora | | | Consolidado | | |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Provável | Possível | Total | Provável | Possível | Total |
| ICMS - LC 102/2000 | 5.900 | 150 | 6.050 | 5.900 | 150 | 6.050 |
| ICMS - fornecedores inidôneos | - | 10.237 | 10.237 | - | 10.237 | 10.237 |
| ICMS - devoluções | 101 | 5.408 | 5.509 | 101 | 5.408 | 5.509 |
| IRPJ/ CSLL/ PIS/ COFINS | 17.308 | 649 | 17.957 | 17.308 | 649 | 17.957 |
| IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 | - | 10.085 | 10.085 | - | 10.085 | 10.085 |
| FAP/SAT | - | - | - | - | 1.368 | 1.368 |
| FGTS - LC 110/2001 | 2.991 | - | 2.991 | 2.991 | - | 2.991 |
| Outras Provisões | 2.383 | 5.779 | 8.162 | 2.537 | 6.206 | 8.743 |
| Total | 28.683 | 32.308 | 60.991 | 28.837 | 34.103 | 62.940 |

Provisões cíveis

- (b) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Provisões trabalhistas

(c) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

18.2 Passivos contingentes

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como possível no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

18.3 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 30 de setembro de 2013, está demonstrada abaixo:

| Natureza | Controladora | | | | Saldo em 30/09/2013 |
|---------------------------|----------------------|----------------------------|--------------|-----------------|------------------------|
| | Saldo em 01/01/13 | (+/-) Adições Reversões | (+) Encargos | (-) Baixas | |
| Cíveis | 12.341 | 861 | - | - | 13.202 |
| Trabalhistas | 6.188 | (1.259) | - | - | 4.929 |
| Tributárias | 94.776 | (1.045) | 2.933 | (35.673) | 60.991 |
| (-) Depósitos judiciais | (19.447) | (366) | - | 6.042 | (13.771) |
| Total | 93.858 | (1.809) | 2.933 | (29.631) | 65.351 |

| Natureza | Consolidado | | | | Saldo em 30/09/2013 |
|---------------------------|----------------------|----------------------------|--------------|-----------------|------------------------|
| | Saldo em 01/01/13 | (+/-) Adições Reversões | (+) Encargos | (-) Baixas | |
| Cíveis | 12.437 | 900 | - | - | 13.337 |
| Trabalhistas | 6.322 | (1.338) | - | - | 4.984 |
| Tributárias | 96.339 | (667) | 2.941 | (35.673) | 62.940 |
| (-) Depósitos judiciais | (20.445) | (736) | - | 6.042 | (15.139) |
| Total | 94.653 | (1.841) | 2.941 | (29.631) | 66.122 |

19 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Adiantamentos de Instituições Financeiras (a) | 1.585 | 2.771 | 7.035 | 7.583 |
| Valores a repassar cartão bandeira (b) | 15.929 | 9.396 | 90.221 | 57.972 |
| Obrigações com clientes (c) | 9.738 | 12.516 | 15.762 | 15.591 |
| Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (d) | 7.888 | 6.831 | 8.250 | 7.166 |
| Obrigações aos ex-controladores Camicado (e) | - | - | 3.535 | 3.362 |
| Outras obrigações (f) | 16.804 | 17.820 | 14.353 | 13.002 |
| Total de outras obrigações – passivo circulante | 51.944 | 49.334 | 139.156 | 104.676 |

Passivo não circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Adiantamentos de Instituições Financeiras (a) | 2.377 | 3.340 | 3.138 | 5.109 |
| Obrigações relacionadas às operações com seguros (d) | 1.465 | 2.343 | 1.465 | 2.343 |
| Obrigações aos ex-controladores Camicado (e) | - | - | 6.329 | 10.087 |
| Total de outras obrigações – passivo não circulante | 3.842 | 5.683 | 10.932 | 17.539 |

- (a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.
- (b) Na Controladora, corresponde aos valores recebidos de faturas de clientes do “Meu Cartão”, a serem repassados à Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. No Consolidado, correspondem a valores a repassar a lojistas nas transações realizadas pelos clientes com cartões emitidos pela Companhia (cartão bandeira – “Meu Cartão”).
- (c) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (d) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.
- (e) Saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda.
- (f) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

20 Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Imposto de renda e contribuição social | 3.813 | 56.399 | 4.001 | 56.624 |
| ICMS a recolher | 41.393 | 120.208 | 42.056 | 121.013 |
| Encargos sociais | 21.128 | 22.937 | 22.219 | 24.059 |
| PIS/COFINS | 15.563 | 56.092 | 16.789 | 57.744 |
| PAES | - | 624 | - | 988 |
| Outros tributos | 8.285 | 5.630 | 9.758 | 7.720 |
| Total passivo circulante | 90.182 | 261.890 | 94.823 | 268.148 |
| Outros | - | - | 377 | 541 |
| Total passivo não circulante | - | - | 377 | 541 |

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 18 de abril de 2013 foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a destinação de 50% do saldo da Reserva de Lucros para Investimento e Expansão para o Capital Social, no montante total de R\$ 225,3 milhões de Reais.

O capital social integralizado da Companhia, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 702.861 (R\$ 461.595 em 31 de dezembro de 2012), representado por 124.974.915 (cento e vinte quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil e novecentos e quinze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBOvespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 30 de setembro de 2013, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social

| | Quant. de ações | Valor |
|---------------------------------------------------------|------------------------|----------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 122.821.065 | 421.683 |
| Aumento de capital, RCA de 23.05, 15.08 e 21.11 | 1.349.000 | 39.912 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 124.170.065 | 461.595 |
| Aumento de capital, RCA de 23.01, 18.04, 15.05 | 804.850 | 16.003 |
| Aumento de capital por destinação de reserva, AGO 18.04 | - | 225.263 |
| Saldo em 30 de setembro de 2013 | 124.974.915 | 702.861 |

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

21.2 Reservas de capital

Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 30 de setembro de 2013 corresponde a R\$ 99.129 (R\$ 89.603 em 31 de dezembro de 2012).

21.3 Reservas de lucros

Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia. O saldo em 30 de setembro de 2013 corresponde a R\$ 225.262 (R\$ 450.525 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, foi constituída reserva legal, no montante de R\$ 17.770, equivalente a 5% do lucro líquido apurado em 2012. O saldo em 30 de setembro de 2013 corresponde a R\$ 19.582 (R\$ 19.582 em 31 dezembro de 2012).

Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 36.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos. O montante dos ajustes registrados representa um ganho líquido de impostos, no montante de R\$ 2.067 em 30 de setembro de 2013 (R\$ (741) de perda líquida de impostos em 31 de dezembro de 2012) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 |
| Numerador básico | | | | |
| Lucro líquido do período | 71.642 | 191.248 | 68.523 | 207.726 |
| Média ponderada de ações ordinárias | 124.627 | 124.517 | 123.474 | 123.246 |
| Lucro por ação básico | 0,5749 | 1,5359 | 0,5550 | 1,6855 |
| Numerador diluído | | | | |
| Lucro líquido do período | 71.642 | 191.248 | 68.523 | 207.726 |
| Média ponderada de ações ordinárias | 124.627 | 124.517 | 123.474 | 123.246 |
| Denominador diluído | 1.641 | 2.133 | 2.416 | 2.493 |
| Lucro por ação diluído | 0,5674 | 1,5100 | 0,5443 | 1,6520 |

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão geral

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez e (iv) risco de capital; A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar os instrumentos financeiros derivativos para exposição do risco cambial ("hedge").

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1 Gerenciamento de riscos

23.1.1 Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações e financiamentos de importações, via operações de *hedge*, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)*.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de compra e ao saldo de financiamentos de importações (FINIMP) em 30 de setembro de 2013:

| | | Consolidado | | | |
|----------------------------------------------------------|---------------------|------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|
| <u>Derivativos designados para hedge accounting</u> | | Nocional US\$ | Cenário Provável US\$ 1 = R\$ 2,264 (*) | Cenário Alta 25% US\$ 1 = R\$ 2,830 | Cenário Alta 50% US\$ 1 = R\$ 3,396 |
| Objeto de hedge | Pedidos emitidos | (102.020) | 2.160 | (53.688) | (109.535) |
| Instrumento de Hedge | NDF | 102.020 | (2.006) | 53.858 | 109.721 |
| Exposição Líquida Pedidos Importação | | - | 154 | 170 | 186 |
| Exposição Custo de Importação | Custo estimado | (40.808) | (864) | (21.475) | (43.814) |
| | importação | (40.808) | (864) | (21.475) | (43.814) |
| <u>Derivativos não designados para hedge accounting</u> | | | | | |
| Objeto | Finimp | (35.093) | (172) | (19.712) | (39.251) |
| Instrumento | NDF | 35.093 | 172 | 19.651 | 39.129 |
| Exposição Líquida Finimp | | - | - | (61) | (122) |
| Objeto | Equip.de Importação | (8.497) | 229 | (4.404) | (9.037) |
| Instrumento | NDF | 8.497 | (228) | 4.407 | 9.041 |
| Exposição Líquida NDF | | - | 1 | 3 | 4 |
| Exposição Custo de Importação | Custo estimado | (3.399) | (92) | (1.762) | (3.615) |
| | importação | (3.399) | (92) | (1.762) | (3.615) |
| Exposição Líquida Total / Efeito | | | (801) | (23.125) | (47.361) |
| Receita (despesa) financeira, líquida de impostos | | | (529) | (15.263) | (31.258) |

(*) Para definição da cotação do dólar norte americano utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* para 31 de dezembro de 2013. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar norte americano. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação e a correspondente realização dos estoques.

Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos de operações de serviços financeiros e debêntures. Os empréstimos e financiamentos expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2013, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI e IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI e o IPCA para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2013) de, respectivamente 9,24% a.a e 5,09% a.a. Estas estimativas tomam por base projeções do mercado futuro BM&FBovespa.

| Instrumentos Financeiros | Consolidado | | | |
|--------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Saldo em 30/09/2013 | Cenário Provável (*) | Cenário Alta 25% - R\$ | Cenário Alta 50% - R\$ |
| Equivalentes de caixa | 772.150 | 17.255 | 21.569 | 25.883 |
| Empréstimos e Financiamentos | (49.066) | (837) | (1.046) | (1.255) |
| Debêntures | (1.030.793) | (25.488) | (31.860) | (38.231) |
| Financiamentos Operações Serviços Financeiros | (680.194) | (11.896) | (14.870) | (17.844) |
| (Aumento)/Redução no resultado | (987.903) | (20.966) | (26.207) | (31.447) |
| Impacto no resultado, líquido de impostos | | (13.838) | (17.297) | (20.755) |

23.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Abaixo, demonstramos a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, de acordo com o valor residual dos respectivos ativos financeiros:

| Ativos | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Equivalentes de caixa - (a) | 568.890 | 530.851 | 772.150 | 629.414 |
| Contas a receber de clientes - (b) | 579.479 | 648.400 | 1.146.038 | 1.279.698 |
| Derivativos - (c) | 3.719 | 3.860 | 3.688 | 3.828 |
| Total | 1.152.088 | 1.183.111 | 1.921.876 | 1.912.940 |

- (a) Equivalentes de Caixa: conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) só podem ser aplicados em instituições financeiras com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado, ou seja, aquelas com nota de *rating* de acordo com o grau de investimento (vide nota explicativa nº 5).
- (b) Contas a receber de clientes: As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos de última geração, vinculados à área de risco e fraude na unidade de produtos financeiros e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 75.719 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 75.830 em 31 de dezembro de 2012), para cobrir os riscos de crédito. O calendário de recebimentos (*aging*) e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.
- (c) Derivativos: com base na política financeira da Companhia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF e opções "Call") somente é efetuada com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado (primeira linha de acordo com a nota de *rating*).

23.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas ou encontrar dificuldades em atender as necessidades do fluxo de caixa devido.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: precaução para momentos de incerteza na liquidez da economia, garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia, garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito, garantir a amortização e serviços de dívidas e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 13 e 14), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, sendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

- 4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2012:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).
- 5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).
- 6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:
 - (iii) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (iv) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de setembro de 2013, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:

| | Controladora | | | | | | |
|-------------------------------------------------|----------------|------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|
| | Em 30.09.2013 | | | | | | |
| Ativos | Saldo Contábil | Menos de 3 meses | A partir de 3 até 6 meses | A partir de 6 até 12 meses | A partir de 1 até 2 anos | A partir de 2 até 5 anos | Acima de 5 anos |
| Caixa e equivalentes de caixa | 608.399 | 608.399 | - | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 579.479 | 404.060 | 147.828 | 27.591 | - | - | - |
| Derivativos | 3.719 | 4.996 | (803) | (474) | - | - | - |
| FIDC - Lojas Renner | 150.000 | 150.000 | - | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | (33.519) | (10.399) | (14.016) | (6.069) | (3.035) | - | - |
| Financiamento arrendamento mercantil | (35.699) | (763) | (3.983) | (3.251) | (1.861) | (1.511) | (24.330) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (181.483) | (79.434) | (86.580) | (15.469) | - | - | - |
| Financiamentos das importações | (73.942) | (46.380) | (27.562) | - | - | - | - |
| Fornecedores | (336.708) | (336.708) | - | - | - | - | - |
| Derivativos | (1.290) | (530) | (503) | (257) | - | - | - |
| Debêntures | (1.012.487) | - | - | - | (138.800) | (845.248) | (28.439) |
| Posição líquida | (333.531) | 693.241 | 14.381 | 2.071 | (143.696) | (846.759) | (52.769) |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | | | | |
|-------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | Em 30.09.2013 | | | | | |
| Ativos | Saldo Contábil | Menos de 3 meses | Entre 3 e 6 meses | Entre 6 e 12 meses | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos |
| Caixa e equivalentes de caixa | 815.695 | 815.695 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 1.146.038 | 903.221 | 188.931 | 53.886 | - | - |
| Derivativos | 3.688 | 4.998 | (793) | (517) | - | - |
| Passivos | | | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | (67.372) | (10.399) | (14.016) | (39.922) | (3.035) | - |
| Financiamento arrendamento mercantil | (35.699) | (763) | (3.983) | (3.251) | (1.861) | (24.330) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (680.194) | (483.245) | (160.286) | (36.663) | - | - |
| Financiamentos das importações | (77.652) | (48.429) | (28.570) | (653) | - | - |
| Fornecedores | (373.530) | (373.530) | - | - | - | - |
| Derivativos | (1.290) | (530) | (503) | (257) | - | - |
| Debêntures, empréstimos e financiamentos | (1.012.487) | - | - | - | (138.800) | (845.248) |
| Posição líquida | (282.803) | 807.018 | (19.220) | (27.377) | (143.696) | (52.769) |

Adicionalmente, a agência de rating *Standard & Poors'* classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

23.1.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiro visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA) e sua estrutura de capital e em 30 de setembro de 2013 apresenta:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 608.399 | 581.994 | 815.695 | 683.270 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Circulante | (30.484) | (35.861) | (64.337) | (35.938) |
| Não circulante | (1.015.522) | (608.760) | (1.015.522) | (608.760) |
| Endividamento líquido | (437.607) | (62.627) | (264.164) | 38.572 |

É inerente ao negócio da Companhia a sazonalidade na geração de resultados, bem como nas posições patrimoniais oriundas da operação. No período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia apresentou um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente, da 6ª emissão de debêntures. O aumento do endividamento líquido está relacionado aos investimentos do plano de expansão, bem como à distribuição de dividendos realizada no 2º trimestre de 2013.

As posições de financiamentos atreladas à operação da atividade de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações e arrendamento mercantil são tratados como financiamentos operacionais e, portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento / disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2 Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e suas controladas, conforme quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Ativos | | | | |
| Valor justo por meio do resultado (mantido para negociação) | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 608.399 | 581.994 | 815.695 | 683.270 |
| Derivativos | 3.719 | 3.860 | 3.688 | 3.828 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Contas a receber de clientes | 579.479 | 648.400 | 1.146.038 | 1.279.698 |
| FIDC - Lojas Renner | 150.000 | 150.000 | - | - |
| Passivos | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | 33.519 | 47.999 | 67.372 | 48.076 |
| Financiamento arrendamento mercantil | 35.699 | 43.330 | 35.699 | 43.330 |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 181.483 | 81.165 | 680.194 | 547.665 |
| Fornecedores | 336.708 | 412.577 | 373.530 | 456.484 |
| Debêntures | 1.012.487 | 596.622 | 1.012.487 | 596.622 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Financiamentos das importações | 73.942 | 79.176 | 77.652 | 79.714 |
| Derivativos | 1.290 | 1.060 | 1.290 | 1.073 |

Durante o semestre findo em 30 de setembro de 2013, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

A Companhia designa as operações de financiamento de importações (FINIMP), para a categoria valor justo por meio do resultado conforme apresentado no quadro acima. Esta designação ocorre no momento da contratação destas operações, uma vez que a Administração entende que esta tratativa é a que melhor representa suas posições contábeis para estas operações.

23.3 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

23.3.1 Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 30/09/2013 | | 31/12/2012 | | 30/09/2013 | | 31/12/2012 | |
| | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Ativos | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 608.399 | 608.399 | 581.994 | 581.994 | 815.695 | 815.695 | 683.270 | 683.270 |
| Contas a receber de clientes | 579.479 | 579.479 | 648.400 | 648.400 | 1.146.038 | 1.146.038 | 1.279.698 | 1.279.698 |
| FIDC - Lojas Renner | 150.000 | 150.000 | 150.000 | 150.000 | - | - | - | - |
| Derivativos | 3.719 | 3.719 | 3.860 | 3.860 | 3.688 | 3.688 | 3.828 | 3.828 |
| Total | 1.341.597 | 1.341.597 | 1.384.254 | 1.384.254 | 1.965.421 | 1.965.421 | 1.966.796 | 1.966.796 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Financiamento arrendamento mercantil | 35.699 | 35.699 | 43.330 | 43.330 | 35.699 | 35.699 | 43.330 | 43.330 |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 181.483 | 181.483 | 81.165 | 81.165 | 680.194 | 680.194 | 547.665 | 547.665 |
| Financiamentos das importações | 73.942 | 73.942 | 79.176 | 79.176 | 77.652 | 77.652 | 79.714 | 79.714 |
| Fornecedores | 336.708 | 336.708 | 412.577 | 412.577 | 373.530 | 373.530 | 456.484 | 456.484 |
| Derivativos | 1.290 | 1.290 | 1.060 | 1.060 | 1.290 | 1.290 | 1.073 | 1.073 |
| Debêntures, empréstimos e financiamentos | 1.046.006 | 1.056.458 | 644.621 | 650.787 | 1.079.859 | 1.090.311 | 644.698 | 650.864 |
| Total | 1.675.128 | 1.685.580 | 1.261.929 | 1.268.095 | 2.248.224 | 2.258.676 | 1.772.964 | 1.779.130 |

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do período se aproximam das taxas de mercado para operações de mesma natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC corresponde às quotas subordinadas de titularidade da Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração, e somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das quotas sênior.

Financiamento arrendamento mercantil

Os arrendamentos financeiros são contratados à taxas de mercado, de forma que o valor contábil se aproxima ao valor justo para operações de prazo e risco semelhante.

Financiamento de operações de serviços financeiros

Às operações de financiamento de produtos financeiros, correspondem, na Controladora, aos valores de face de obrigações assumidas pelos clientes, dos quais a Companhia é garantidora, portanto, os valores contábeis correspondem aos valores de mercado. No Consolidado, está acrescido os montantes referentes às cotas sênior do FIDC Lojas Renner, atualizadas a taxas semelhantes às de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes.

Financiamento de importações

Os financiamentos de importações são designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*) no momento inicial.

Fornecedores

Os fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração, bem como, metodologias utilizadas pelo mercado e geralmente aceitas, conforme detalhado abaixo:

- **Termo de moeda (NDF)** – O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de NDFs, consistiu no cálculo do diferencial entre a ponta ativa e passiva do derivativo considerando informações obtidas junto a *BM&FBovespa*.

- **Opções** - O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de opções, consistiu no cálculo efetuado por meio da calculadora de *Black&Scholles* com base em informações obtidas junto a *Bloomberg*.

Debêntures, empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos em geral são contratadas à padrões de mercado e portanto, os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes. Para operações de empréstimos de longo prazo (debêntures), embora contratadas a taxas similares às de mercado, considerando a relevância dos montantes e o impacto nas variações de taxas no longo prazo, foram calculadas e demonstradas as diferenças resultantes entre o valor justo e o valor contábil.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4 Hierarquia do Valor Justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 1 e 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40:

- **Nível 1** - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- **Nível 2** - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de setembro de 2013, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo estão classificados na hierarquia do valor justo, conforme quadro abaixo:

| Controladora | | | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| | 30/09/2013 | Nível 1 | Nível 2 | 31/12/2012 | Nível 1 | Nível 2 |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 608.399 | 608.399 | - | 581.994 | 581.994 | - |
| Derivativos | 3.719 | | 3.719 | 3.860 | | 3.860 |
| Total | 612.118 | 608.399 | 3.719 | 585.854 | 581.994 | 3.860 |
| Passivos | | | | | | |
| Financiamentos das importações | 73.942 | - | 73.942 | 79.176 | - | 79.176 |
| Derivativos | 1.290 | | 1.290 | 1.060 | | 1.060 |
| Total | 75.232 | - | 75.232 | 80.236 | - | 80.236 |

| Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| | 30/09/2013 | Nível 1 | Nível 2 | 31/12/2012 | Nível 1 | Nível 2 |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 815.695 | 815.695 | - | 683.270 | 683.270 | - |
| Derivativos | 3.688 | | 3.688 | 3.828 | | 3.828 |
| Total | 819.383 | 815.695 | 3.688 | 687.098 | 683.270 | 3.828 |
| Passivos | | | | | | |
| Financiamentos das importações | 77.652 | - | 77.652 | 79.714 | - | 79.714 |
| Derivativos | 1.290 | | 1.290 | 1.073 | | 1.073 |
| Total | 78.942 | - | 78.942 | 80.787 | - | 80.787 |

23.5 Perdas por redução no valor recuperável

Demonstramos na nota explicativa nº 6 (contas a receber) a composição da provisão para perdas de créditos, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

23.6 Garantias

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 29 – Ônus, garantias e responsabilidades.

23.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.14.

A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às variações de preços de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Conforme apresentado na tabela de exposição líquida e análise de sensibilidade de operações sujeitas à variação cambial no item de "Risco Cambial" (nota explicativa nº 23.1), as informações sobre as operações com derivativos em 30 de setembro de 2013 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

23.7.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

A composição dos derivativos designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda (*Non-Deliverable Forward*) e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa de pedidos de importações. Conforme, demonstrado abaixo:

NDF (*Non-Deliverable Forward*)

| Controladora e Consolidado | | | | | |
|----------------------------|----------|-----------------|-----------------|-----------------------|----------------------------|
| Instrumento de Hedge | | | | Objeto de Hedge | |
| Vencimentos | Operação | Nocional (US\$) | (*) Valor justo | Operação | Vencimentos Estimados |
| De 01/10/2013 a 31/12/2013 | NDF | 35.602 | 3.747 | Pedido de Importações | De 01/10/2013 a 31/12/2013 |
| De 01/01/2014 a 31/03/2014 | NDF | 46.647 | (52) | Pedido de Importações | De 01/01/2014 a 31/03/2014 |
| De 01/04/2014 a 31/06/2014 | NDF | 18.166 | (435) | Pedido de Importações | De 01/04/2014 a 31/06/2014 |
| De 01/07/2014 a 30/09/2014 | NDF | 584 | (34) | Pedido de Importações | De 01/07/2014 a 30/09/2014 |
| Total Controladora | | 100.999 | 3.226 | | |
| De 01/10/2013 a 31/12/2013 | NDF | 779 | (79) | Pedido de Importações | De 01/10/2013 a 31/12/2013 |
| De 01/01/2014 a 31/03/2014 | NDF | 242 | (15) | Pedido de Importações | De 01/01/2014 a 31/03/2014 |
| Total Consolidado | | 102.020 | 3.132 | | |

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&F.

Durante o período, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas.

23.7.2 Derivativos não designados para *hedge accounting*

Os derivativos não designados para *hedge accounting* correspondem contratos de compra a termo de moeda do tipo NDF (*Non-Deliverable Forward*), destinados a minimizar o reflexo de variações cambiais decorrentes do Financiamento de Importações (FINIMP) e das aquisições de equipamentos destinados ao Centro de Distribuição de Santa Catarina.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NDF (Non-Deliverable Forward) – FINIMP

| Controladora e Consolidado | | | | | |
|----------------------------|----------|-----------------|-----------------|------------------------------|----------------------------|
| Instrumento | | | | Objeto | |
| Vencimentos | Operação | Notional (US\$) | (*) Valor justo | Operação | Vencimentos Estimados |
| De 01/10/2013 a 31/12/2013 | NDF | 20.822 | 1.244 | Financiamento de importações | De 01/10/2013 a 31/12/2013 |
| De 01/01/2014 a 31/03/2014 | NDF | 12.429 | (751) | Financiamento de importações | De 01/01/2014 a 31/03/2014 |
| Total Controladora | | 33.251 | 493 | | |
| De 01/10/2013 a 31/12/2013 | NDF | 912 | 81 | Financiamento de importações | De 01/10/2013 a 31/12/2013 |
| De 01/01/2014 a 31/03/2014 | NDF | 449 | 24 | Financiamento de importações | De 01/01/2014 a 31/03/2014 |
| De 01/04/2014 a 30/06/2014 | NDF | 84 | (0) | Financiamento de importações | De 01/04/2014 a 30/06/2014 |
| De 01/07/2014 a 30/09/2014 | NDF | 398 | (42) | Financiamento de importações | De 01/07/2014 a 30/09/2014 |
| Total Consolidado | | 35.094 | 556 | | |

(*) A metodologia de precificação de Non-Deliverable Forward é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&F.

NDF (Non-Deliverable Forward)

| Controladora | | | | | |
|----------------------------|----------|-----------------|-----------------|-----------------------------|----------------------------|
| Instrumento de Hedge | | | | Objeto de Hedge | |
| Vencimentos | Operação | Nocional (US\$) | (*) Valor justo | Operação | Vencimentos Estimados |
| De 01/10/2013 a 31/12/2013 | NDF | 3.051 | (530) | Importações de Equipamentos | De 01/10/2013 a 31/12/2013 |
| De 01/01/2014 a 31/03/2014 | NDF | 3.105 | (503) | Importações de Equipamentos | De 01/01/2014 a 31/03/2014 |
| De 01/04/2014 a 31/06/2014 | NDF | 2.341 | (257) | Importações de Equipamentos | De 01/04/2014 a 31/06/2014 |
| Total | | 8.497 | (1.290) | | |

(*) A metodologia de precificação de Non-Deliverable Forward é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&F.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando um dólar esperado de R\$ 2,264 para 31 de dezembro de 2013:

| | 4T13 | 1T14 | 2T14 | 3T14 | Total |
|--------------------------------------------------------|---------------|----------------|---------------|--------------|----------------|
| FOB Pedidos de importação de mercadoria de revenda (a) | 82.364 | 106.157 | 41.122 | 1.331 | 230.974 |
| FOB Pedidos de máquinas e equipamentos | 6.903 | 7.023 | 5.310 | - | 19.236 |
| Valor Nocional R\$ mil | 89.267 | 113.180 | 46.432 | 1.331 | 250.210 |
| Valor Nocional US\$ mil | 39.429 | 49.991 | 20.509 | 588 | 110.517 |

(a) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

24 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

24.1 Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.916 e R\$ 5.676 (R\$ 1.764 e R\$ 5.169 em 30 de setembro de 2012), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 31).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2013 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2013.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 27). No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 5.414 (R\$ 6.715 em 30 de setembro de 2012).

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

24.2 Contexto Controladora

Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 165 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 60 ao mês, e o maior valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 51 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos e intermediação de venda de títulos de capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão co-branded denominado Meu Cartão, oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização em compras na Camicado.

24.3 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2013, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos e transações com empresas ligadas

| | Controladas | | | | | | | |
|--------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|--------------|----------|
| | Dromegon | | RACC | | Camicado | | Youcom | |
| | 30/09/13 | 31/12/12 | 30/09/13 | 31/12/12 | 30/09/13 | 31/12/12 | 30/09/13 | 31/12/12 |
| Operações financeiras | | | | | | | | |
| Conta corrente - ativo | - | - | 1.649 | 1.314 | 297 | 13 | - | - |
| Conta corrente - passivo | - | - | (2.425) | (2.662) | (16) | - | (279) | - |
| | - | - | (776) | (1.348) | 281 | 13 | (279) | - |
| Operações comerciais | | | | | | | | |
| Outras contas a receber | - | - | - | - | - | 32 | - | - |
| Aluguéis a pagar | (8.865) | (4.649) | - | - | - | - | - | - |
| Valores a repassar - "Meu Cartão" | - | - | (15.929) | (9.396) | - | - | - | - |
| Saldo cartão Renner | - | - | 3.305 | - | (4.213) | (5.065) | - | - |
| Contas a receber (a pagar) | (8.865) | (4.649) | (13.400) | (10.744) | (3.932) | (5.020) | (279) | - |
| Transações de Aluguéis | | | | | | | | |
| Despesas com aluguéis, líquida de impostos | 4.793 | 6.060 | - | - | - | - | - | - |

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

| | Consolidado | |
|------------------------------|-------------|------------|
| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
| Responsabilidade Civil e D&O | 109.501 | 114.000 |
| Patrimônio e Estoque | 2.003.502 | 1.462.940 |
| Veículos | 26.184 | 33.890 |

26 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

27 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de fevereiro de 2013, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação de uma nova outorga do programa do plano de opção de compra de ações (9º outorga),

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outorgando 541,8 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 78,06 (setenta e oito reais e seis centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return (TSR)*, estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 30 de setembro de 2013, existiam 3.957 mil opções (4.487 mil em 31 de dezembro de 2012), representando, no total, aproximadamente 3,17% das 124.975 mil ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de Black&Scholes, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No semestre findo em 30 de setembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R\$ 9.526 (R\$ 12.081 em 30 de setembro de 2012).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 30 de setembro de 2013 e o valor da opção nesta mesma data:

| | 1º outorga A | 1º outorga B | 2º outorga | 3º outorga A | 3º outorga B | 4º outorga | 5º outorga |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------|--------------------|--------------------|---------------|---------------|
| Total de opções de compra de ações emitidas – mil | 760 | 55 | 815 | 517 | 250 | 1.029 | 1.094 |
| (-) Exercício das opções de compra de ações – mil | (634) | (50) | (599) | (283) | (225) | (730) | (854) |
| (-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil | (126) | (5) | (216) | (234) | (25) | (185) | (140) |
| (=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30/09/2013 – mil | - | - | - | - | - | 114 | 100 |
| Valor da opção para exercício em 30/09/2013 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$ | N/A | N/A | N/A | 29,01 | 29,83 | 34,25 | 15,15 |
| Valor de mercado da ação em 30/09/2013– R\$ | 63,53 | 63,53 | 63,53 | 63,53 | 63,53 | 63,53 | 63,53 |

[illegible]

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando o exercício das 3.454 mil opções *in the Money* (4º, 5º, 6º, 7º, 8º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 30 de setembro de 2013:

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Valor do Patrimônio Líquido em 30/09/2013 | 1.315.462 |
| Quantidade de ações em 30/09/2013 – mil | 124.975 |
| Valor patrimonial da ação em 30/09/2013 – R\$ | 10,53 |
| Valor do Patrimônio Líquido em 30/09/2013, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i> | 1.417.162 |
| Quantidade de ações em 30/09/2013, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i> | 128.932 |
| Valor patrimonial da ação em 30/09/2013, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i> | 10,99 |
| % de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i> | 3,07% |

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

| | 1º outorga A | 1º outorga B | 2º outorga | 3º outorga A | 3º outorga B | 4º outorga |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------|------------|
| Data da outorga | 29/07/2005 | 17/10/2005 | 01/06/2006 | 30/04/2007 | 15/05/2007 | 31/03/2008 |
| Dividend yield | 2,72% | 2,31% | 1,21% | 0,95% | 0,89% | 2,04% |
| Volatilidade do preço da ação | 25,97% | 59,37% | 46,85% | 34,46% | 36,15% | 51,39% |
| Taxa de juro livre de risco | 14,87% | 14,19% | 14,92% | 10,05% | 9,69% | 12,51% |
| "Vesting period" | - | - | - | - | - | 0,42 anos |
| Número de opções | 760 | 55 | 815 | 517 | 250 | 1029 |
| Valor justo na data da outorga | 5.022 | 443 | 13.484 | 7.772 | 4.191 | 21.565 |
| Valor da opção para exercício em 30/09/2013 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$ | 8,92 | 12,73 | 28,58 | 29,01 | 29,83 | 34,25 |

| | 5º outorga | Outorga contratual | 6º outorga A | 6º outorga B | 7º outorga | 8º outorga | 9º outorga |
|---------------------------------------------------|------------|-----------------------|-----------------|-----------------|------------|------------|------------|
| Data da outorga | 19/01/2009 | 30/03/2009 | 18/01/2010 | 15/03/2010 | 16/02/2011 | 06/02/2012 | 22/02/2013 |
| Dividend yield | 2,21% | 2,65% | 3,07% | 2,93% | 3,65% | 3,37% | 2,77% |
| Volatilidade do preço da ação | 79,74% | 57,45% | 33,65% | 35,38% | 42,84% | 29,38% | 27,68% |
| Taxa de juro livre de risco | 11,39% | 11,02% | 12,12% | 11,51% | 11,80% | 10,54% | 9,05% |
| "Vesting period" | 1,24 anos | 1,43 anos | 2,25 anos | 2,4 anos | 3,34 anos | 4,33 anos | 5,39 anos |
| Número de opções | 1.094 | 1.822 | 601 | 10 | 638 | 716 | 542 |
| Valor justo na data da outorga | 14.079 | 16.296 | 12.349 | 218 | 19.040 | 22.988 | 17.506 |
| Valor da opção para exercício em 30/09/2013 - R\$ | 15,15 | 14,44 | 38,65 | 38,97 | 51,42 | 55,15 | 78,06 |

28 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar ao da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

29 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de um dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, cujos valores contábeis totalizam em 30 de setembro de 2013 R\$ 812, como garantia de débitos que estão sob discussão judicial.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 20, foi liquidado em junho de 2013. A Companhia está apurando a liberação dos gravames sobre os

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referidos imóveis.

A Companhia mantém "Financiamentos clientes inadimplentes conta garantida" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 30 de setembro de 2013, R\$ 5.453 na Controladora e R\$ 49.281 no Consolidado (R\$ 1.964 e R\$ 34.355 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 30 de setembro de 2013, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 147.033 na Controladora e R\$ 148.172 no Consolidado (R\$ 65.980 e R\$ 66.589 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 30 de setembro de 2013, R\$ 28.997 na Controladora e no Consolidado (R\$ 13.221 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15.

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos clientes Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plenas e diretas responsabilidades por todas as obrigações, principais e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 30 de setembro de 2013, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 102.036 (R\$ 84.673 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 15.

30 Receitas

A receita operacional líquida possui a seguinte composição:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 |
| Receita Operacional Bruta | 1.252.709 | 3.565.323 | 1.101.204 | 3.145.846 | 1.331.589 | 3.783.500 | 1.165.356 | 3.315.582 |
| Vendas de Mercadorias | 1.154.214 | 3.274.946 | 1.014.389 | 2.887.873 | 1.210.566 | 3.432.435 | 1.059.752 | 3.012.915 |
| Produtos e Serviços Financeiros | 98.495 | 290.377 | 86.815 | 257.973 | 121.023 | 351.065 | 105.604 | 302.667 |
| (-) Deduções | (297.562) | (833.757) | (250.639) | (720.745) | (310.154) | (867.867) | (260.298) | (745.793) |
| Impostos sobre Vendas de Mercadorias | (294.114) | (825.670) | (248.634) | (714.755) | (303.648) | (851.583) | (256.492) | (735.286) |
| Impostos sobre Produtos e Serv. Financeiros | (3.448) | (8.087) | (2.005) | (5.990) | (6.506) | (16.284) | (3.806) | (10.507) |
| Receita Operacional Líquida | 955.147 | 2.731.566 | 850.565 | 2.425.101 | 1.021.435 | 2.915.633 | 905.058 | 2.569.789 |

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--------------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 |
| Remuneração dos administradores | (1.916) | (5.676) | (1.764) | (5.169) | (1.916) | (5.676) | (1.764) | (5.169) |
| Despesas tributárias | (7.244) | (22.342) | (8.047) | (23.074) | (7.907) | (24.267) | (8.559) | (24.546) |
| Despesas com produtos/serviços financeiros | (18.337) | (55.413) | (16.952) | (53.074) | (31.322) | (89.534) | (25.387) | (79.370) |
| Resultado da baixa de ativos fixos | 27 | (477) | (117) | (238) | 26 | (465) | (117) | (239) |
| Depreciação e amortização | (40.465) | (116.637) | (32.245) | (90.188) | (42.276) | (122.153) | (33.749) | (95.825) |
| Plano de opções de compra de ações | (1.687) | (9.526) | (4.000) | (12.081) | (1.687) | (9.526) | (4.000) | (12.081) |
| Participação dos administradores | - | 17 | - | - | - | 17 | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 217 | 3.940 | (55) | 808 | (943) | 216 | 12 | 891 |
| Recuperação de créditos fiscais | - | - | 694 | 694 | 1.598 | 3.411 | 694 | 694 |
| Participação empregados (a) | (64) | (11.136) | (6.416) | (15.436) | (64) | (11.360) | (6.416) | (15.443) |
| Outros resultados operacionais | (69.469) | (217.250) | (68.902) | (197.758) | (84.491) | (259.337) | (79.286) | (231.088) |

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

32 Resultado financeiro

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como "Equivalentes de Caixa", as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado (nota explicativa nº 5) e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente do custo das debêntures, empréstimos e financiamentos a taxas de mercado (nota explicativa nº 13, 14 e 15) e por esta razão se assemelham ao valor justo para instrumentos de prazo e risco semelhantes.

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 |
| Receitas financeiras | 17.046 | 33.705 | 10.610 | 28.617 | 17.971 | 35.412 | 11.088 | 30.206 |
| Rendimentos de caixa e equivalentes de caixa - valor | 9.937 | 19.781 | 6.512 | 17.070 | 10.332 | 20.802 | 6.952 | 18.501 |
| Juros recebidos | 19 | 140 | 2.868 | 2.908 | 23 | 148 | 2.868 | 2.908 |
| Variação cambial ativa | 5.808 | 7.684 | 1.016 | 4.885 | 6.335 | 8.352 | 1.045 | 5.000 |
| Variação monetária ativa | 35 | 169 | - | - | 35 | 171 | - | - |
| Ganho com operações de hedge liquidadas | 1.193 | 1.242 | 188 | 323 | 1.190 | 1.240 | 188 | 323 |
| Ganho com operações de hedge competência | 54 | 4.686 | - | - | 54 | 4.686 | - | - |
| AVP obrigações de longo prazo | - | - | - | 3.213 | - | - | - | 3.213 |
| Outras receitas financeiras | - | 3 | 26 | 218 | 2 | 13 | 35 | 261 |
| Despesas financeiras | (26.631) | (79.555) | (24.784) | (52.202) | (27.904) | (82.501) | (25.955) | (55.598) |
| Juros das debêntures, empréstimos e financiamentos - custo amortizado | (19.718) | (50.408) | (15.789) | (34.170) | (20.319) | (51.298) | (16.099) | (35.434) |
| Juros passivos | (480) | (5.183) | (170) | (502) | (500) | (5.247) | (211) | (738) |
| Variação cambial passiva | (3.629) | (5.242) | (756) | (3.109) | (3.684) | (5.367) | (766) | (3.153) |
| Variação monetária passiva | 777 | (2.935) | (4.230) | (5.480) | 674 | (3.235) | (4.719) | (6.417) |
| Perda com operações de hedge liquidadas | - | (8.167) | - | - | (1.464) | (9.637) | - | - |
| Perda com operações de hedge competência | (1.464) | (2.003) | - | - | - | (539) | - | - |
| AVP obrigações de longo prazo | - | - | (1.756) | (4.955) | - | - | (1.756) | (4.955) |
| Outras despesas financeiras | (2.117) | (5.617) | (2.083) | (3.986) | (2.611) | (7.178) | (2.404) | (4.901) |
| Resultado financeiro líquido | (9.585) | (45.850) | (14.174) | (23.585) | (9.933) | (47.089) | (14.867) | (25.392) |

33 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 3.1).

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- **Varejo:** comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios e outros próprios de lojas de departamentos, bem como o segmento de casa & decoração;

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Produtos financeiros:** serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

| | Varejo | | Produtos Financeiros | | Consolidado | |
|-----------------------------------------|----------------|----------------|----------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 3T13 | 3T12 | 3T13 | 3T12 | 3T13 | 3T12 |
| Receita operacional líquida | 906.918 | 803.260 | 114.517 | 101.798 | 1.021.435 | 905.058 |
| Custos das vendas | (452.488) | (390.194) | (5.062) | (4.409) | (457.550) | (394.603) |
| Lucro bruto | 454.430 | 413.066 | 109.455 | 97.389 | 563.885 | 510.455 |
| Vendas | (249.297) | (217.723) | - | - | (249.297) | (217.723) |
| Gerais e administrativas | (86.293) | (74.110) | - | - | (86.293) | (74.110) |
| Perdas em crédito, líquidas | - | - | (33.115) | (29.018) | (33.115) | (29.018) |
| Outros resultados operacionais | (53.169) | (53.899) | (31.322) | (25.387) | (84.491) | (79.286) |
| Resultado gerado pelos segmentos | 65.671 | 67.334 | 45.018 | 42.984 | 110.689 | 110.318 |
| Informações Suplementares | | | | | | |
| Depreciação e Amortização | (42.178) | (33.663) | (98) | (86) | (42.276) | (33.749) |

| | Varejo | | Produtos Financeiros | | Consolidado | |
|-----------------------------------------|------------------|------------------|----------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 9M13 | 9M12 | 9M13 | 9M12 | 9M13 | 9M12 |
| Receita operacional líquida | 2.580.852 | 2.277.629 | 334.781 | 292.160 | 2.915.633 | 2.569.789 |
| Custos das vendas | (1.247.357) | (1.068.704) | (12.431) | (14.005) | (1.259.788) | (1.082.709) |
| Lucro bruto | 1.333.495 | 1.208.925 | 322.350 | 278.155 | 1.655.845 | 1.487.080 |
| Vendas | (738.934) | (652.051) | - | - | (738.934) | (652.051) |
| Gerais e administrativas | (244.202) | (207.279) | - | - | (244.202) | (207.279) |
| Perdas em crédito, líquidas | - | - | (99.085) | (82.642) | (99.085) | (82.642) |
| Outros resultados operacionais | (169.803) | (151.718) | (89.534) | (79.370) | (259.337) | (231.088) |
| Resultado gerado pelos segmentos | 180.556 | 197.877 | 133.731 | 116.143 | 314.287 | 314.020 |
| Informações Suplementares | | | | | | |
| Depreciação e Amortização | (121.855) | (95.460) | (298) | (365) | (122.153) | (95.825) |

O Resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opções de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia.

A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo e produtos financeiros é de R\$ 4.012.280 (R\$ 3.770.028 em 31 de dezembro de 2012), e dos passivos totais é de R\$ 2.696.818 (R\$ 2.464.345 em 31 de dezembro de 2012).

34 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía 284 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 220 contratos referentes à operação da Controladora, 49 contratos referentes à operação da Camicado e 15 contratos referentes à operação da Youcom (em 31 de dezembro de 2012 possuía 222 contratos, sendo 189 à operação da Controladora e 33 referentes à operação da Camicado). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 14) que todos os demais se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, no contexto da Controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 46.299 e R\$ 134.207 (R\$ 40.521 e R\$ 112.399 no trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 32.221 (R\$ 33.847 em 31 de dezembro de 2012).

No trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, no contexto Consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 48.209 e R\$ 139.142 (R\$ 41.347 e R\$ 115.557 no trimestre findo em 30 de setembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 25.808 (R\$ 31.671 em 31 de dezembro de 2012).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 30 de setembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$1.252.511, assim distribuídos:

| | Total | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 em diante |
|----------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|
| Aluguéis | 1.252.511 | 49.203 | 191.744 | 177.368 | 163.221 | 144.183 | 526.792 |

35 Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 | 3T13 | 9M13 | 3T12 | 9M12 |
| Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros | (432.298) | (1.183.426) | (372.207) | (1.023.082) | (457.550) | (1.259.788) | (394.603) | (1.082.709) |
| Pessoal | (120.041) | (374.800) | (119.312) | (344.529) | (127.839) | (396.461) | (125.595) | (363.510) |
| Ocupação | (65.442) | (189.910) | (57.053) | (160.747) | (70.507) | (203.688) | (60.284) | (170.409) |
| Depreciação e amortização | (40.465) | (116.637) | (32.245) | (90.188) | (42.276) | (122.153) | (33.749) | (95.825) |
| Serviços de terceiros | (31.886) | (88.473) | (23.277) | (63.417) | (33.757) | (94.020) | (25.290) | (68.857) |
| Utilidades e serviços | (17.670) | (53.880) | (17.871) | (55.976) | (18.876) | (57.376) | (18.846) | (58.870) |
| Promoções | (29.951) | (89.613) | (23.853) | (83.624) | (31.615) | (93.213) | (25.030) | (86.398) |
| Perdas em crédito, líquidas | (28.192) | (80.858) | (24.752) | (73.649) | (33.115) | (99.085) | (29.018) | (82.642) |
| Produtos e serviços financeiros | (18.337) | (55.413) | (16.952) | (53.074) | (31.322) | (89.534) | (25.387) | (79.370) |
| Outras despesas | (59.696) | (171.944) | (53.540) | (157.244) | (63.889) | (186.028) | (56.939) | (167.179) |
| Classificadas como: | | | | | | | | |
| Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros | (432.298) | (1.183.426) | (372.207) | (1.023.082) | (457.550) | (1.259.788) | (394.603) | (1.082.709) |
| Despesas com vendas | (233.254) | (694.994) | (205.974) | (618.041) | (249.297) | (738.934) | (217.724) | (652.051) |
| Despesas gerais e administrativas | (80.765) | (228.426) | (69.227) | (193.000) | (86.293) | (244.202) | (74.110) | (207.279) |
| Perdas em crédito, líquidas | (28.192) | (80.858) | (24.752) | (73.649) | (33.115) | (99.085) | (29.018) | (82.642) |
| Outros resultados operacionais | (69.469) | (217.250) | (68.902) | (197.758) | (84.491) | (259.337) | (79.286) | (231.088) |

36 Destinações do lucro

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 18 de abril de 2013, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 266.551 (R\$ 2,15031 por ação, sendo R\$ 81.400 na forma de juros sobre capital próprio) referente ao exercício de 2012. O pagamento foi efetuado a partir do dia 18 de abril de 2013.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

A Administração da Companhia propôs, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de março de 2013, 17 de junho de 2013 e 18 de setembro de 2013, o creditamento de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013, no montante bruto de R\$ 13.810 (R\$ 0,1112 por ação), de R\$ 14.283 (R\$ 0,1143 por ação) e de R\$ 14.759 (R\$ 0,1181 por ação) respectivamente. A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2014.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja,

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 5.018 em 30 de setembro de 2013, R\$ 4.856 em 30 de junho de 2013 e R\$ 4.695 em 31 de março de 2013, conforme nota explicativa nº 9.3.

* * *